

Capitalismo dependente, democracia e fascismo: notas sobre a política na periferia

Antonio V. B. Mota Filho¹

Resumo: A crise econômica e política pela qual a maioria dos países da América Latina passou durante a década de 1960 levou à constatação de que o desenvolvimento do capitalismo dependente não possui relação direta com o aprofundamento da democracia. Essa constatação trazia sério questionamento à teoria etapista dos partidos comunistas da região, que afirmava que o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos consolidaria a revolução democrático-burguesa. É nesse contexto que são formuladas novas teorias que visavam explicar a dinâmica econômica e política da região, particularmente, a teoria da dependência. Uma obra que inicia um grande debate no âmbito das ciências sociais na região é o livro do “dependentista” Theotônio dos Santos, *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano*, publicado em 1969, onde o autor levantava a possibilidade de ocorrerem mais golpes na região e que os governos golpistas tenderiam ao fascismo. O debate que se seguiu à formulação original de Theotônio envolveu importantes autores tais como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Florestan Fernandes. O presente artigo analisa o debate ocorrido entre esses autores e tem como objetivo apontar algumas particularidades da política na periferia do capitalismo. O trabalho está dividido em cinco partes: introdução; Theotônio e o “dilema latino-americano”; a “fascistização sem fascismo” de Florestan Fernandes; “a democracia como valor universal” de Coutinho e conclusão.

Palavras-chave: Democracia; Fascismo; Capitalismo; Dependência.

1. Introdução

A partir do fim da década de 1950, inicia-se um período de crise econômica e política na América Latina em que o desenvolvimento baseado na substituição de importações mostra seus limites e o “populismo” perdia sua capacidade de arbitrar entre as classes sociais. Ambas as crises estavam intimamente relacionadas e os canais de transmissão entre elas eram principalmente três: o desenvolvimento capitalista ocorrido na região, que denominaremos *desenvolvimento dependente*; o Estado burguês e a estrutura de classes predominante na região.

O modo de produção capitalista desenvolve-se de forma desigual o que gera estruturas econômicas e de poder espacialmente diferenciadas. Ou seja, a economia mundial abarca diversas formas de capitalismo específicos que terão níveis de forças produtivas diferentes, forças de trabalho com composições distintas e instituições políticas e sociais diferentes. Para além de

¹ Economista e mestrando em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Email: antonio.mota@usp.br

desigual, o capitalismo estabelece uma hierarquia entre os países onde num extremo temos o país, ou conjunto de países, que estabelecem os padrões econômicos e institucionais de funcionamento do modo de produção. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tem cumprido esse papel: seu desenvolvimento condiciona a economia mundial; o dólar é a principal moeda internacional; a dívida americana drena as poupanças internacionais e diversas instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, OEA, etc.) são influenciadas diretamente pelas decisões tomadas em Washington. No outro extremo dessa escala de hierarquia do capitalismo há aqueles países não possuem autonomia alguma para gerir sua economia e instituições políticas nacionais e sociais.

Uma característica fundamental do capitalismo dependente é que nele a reprodução capitalista é baseada fundamentalmente na superexploração da força de trabalho (OSORIO, 2014; MARINI, 2008). Isso ocorre porque o salário pago aos trabalhadores está abaixo de sua força de trabalho. A consequência direta disso é que o desenvolvimento do capitalismo nessas condições não gera o mesmo resultado daquele que se dá no centro: acumulam-se distorções econômicas e sociais, o que faz com que o capitalismo dependente seja um “capitalismo difícil” (FERNANDES, 2008).

Para conter tais efeitos desagregadores o Estado assume um papel central na manutenção do capitalismo dependente ampliando seu poder repressor. Esse caráter repressor assume diferentes formas ao longo do século XX: durante o período “desenvolvimentista” ele ocorre por meio da tentativa de gerir os conflitos de classe com o aprofundamento do corporativismo e da submissão de sindicatos à tutela estatal; vendo-se incapaz de gerir esses conflitos e de garantir formas mais democráticas de controle político, a repressão assume contornos de reação política com os golpes de Estado que se avolumam na região durante as décadas de 1960 e 1970. A redemocratização tampouco mudaria essa situação: a repressão aberta perde espaço para a despolitização da sociedade a partir do neoliberalismo que afirma a “neutralidade” do mercado e a condução da política, principalmente da econômica, como uma “técnica” (OSORIO, 2014; COUTINHO, 2010).

Nesse trabalho analisaremos o segundo aspecto da repressão expostos acima, a saber, o movimento de reação política que instaurou diversas ditaduras na região com o objetivo de garantir o “desenvolvimento com segurança”. Interessa-nos analisar o debate ocorrido entre alguns importantes cientistas sociais brasileiros da época em torno da caracterização desses regimes, particularmente, se representavam formas específicas de “fascismo”. No entanto, antes que iniciemos essa análise, é importante realizarmos uma pequena digressão de forma a estabelecermos uma definição sobre o fascismo.

Leandro Konder em seu livro *Introdução ao fascismo*, original de 1977, estabelece o seguinte conceito de fascismo, o qual também tomaremos como referência:

... o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionais conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário (KONDER, 2009, pág. 53).

Para além dessa definição, há dois aspectos da obra de Konder que nos parecem importantes para o desenvolvimento de nosso trabalho. O primeiro é que não se pode opor rigidamente o fascismo ao capitalismo. Citando um trecho do livro *Behemoth* de Franz Neumann, Konder afirma que “... *a simpatia da indústria alemã por Hitler era compreensível*” já que a democracia jamais havia sido apreciada por sua burguesia (KONDER, 2009, pág. 99).

O segundo ponto diz respeito às formas nas quais o fascismo se metamorfoseou no pós-guerra e a partir das quais continuou existindo como uma tendência subterrânea da política de direita. De acordo com Konder:

Com a derrota militar, no final da guerra, o fascismo “clássico” (de Hitler e Mussolini) perdeu completamente sua base de massas. Houve uma debandada geral. Nos países que se tornaram socialistas, o fascismo foi erradicado a ferro e fogo. Nos países onde o sistema capitalista se manteve, entretanto, os fascistas começaram a buscar, pouco a pouco, novos meios para se reorganizarem (KONDER, 2009, pág. 157).

O ponto de confluência entre as forças de direita e os oriundos do fascismo foi o anticomunismo. Isso teve como resultado que os antigos fascistas tiveram de rever em parte seus métodos e se adaptarem ao funcionamento de uma democracia liberal, mas, por outro lado, os partidos de direita “respeitáveis” moveram-se ainda mais para a direita. Isso faz, de acordo com Konder, com que os modelos de um novo possível regime fascista não serão simplesmente desencavados do passado, mas também terão de ser inventados. Ainda que algumas frações da burguesia tentassem os partidos conservadores mais à direita, para Konder “...*parece* [até o momento] *que suas tentações fascistas permanecem em estado difuso*” (KONDER, 2009, pág. 163).

A questão do fascismo foi introduzida no debate sobre o caráter das ditaduras latino-americanas por uma importante obra de Theotônio dos Santos, *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano* (DOS SANTOS, 1969), até hoje sem tradução para o português. Na próxima seção dos deteremos a alguns pontos dessa obra.

2. Theotônio e o “dilema latino-americano”

O livro de Theotônio está organizada em quatro partes: crise econômica e crise política; a crise econômica; a crise política no Brasil e perspectivas da crise, sendo nessa última onde o autor desenvolve sua análise mais detida sobre o fascismo e o socialismo no Brasil.

Logo nos primeiros parágrafos da quarta parte o autor expõe seu conceito de fascismo tendo em mente os casos de Alemanha e Itália. Dada a unificação tardia desses países, ocorrida quando outros países europeus já haviam iniciado sua expansão imperialista, era necessário por parte dos retardatários um grande esforço nacional para conseguir inserir-se na corrida imperialista. Seu principal inimigo seria o movimento socialista com seu caráter internacionalista, cujas lideranças são prontamente exterminadas (DOS SANTOS, 1969, pág. 156).

A base social do movimento fascista é essencialmente a pequena burguesia em processo de proletarização. Somente quando o apoio desse setor é conquistado que o fascismo se massifica. O apoio do grande capital também é fundamental para que o fascismo triunfe. A grande burguesia industrial vê nele a possibilidade de conter a organização da classe trabalhadora, controlar seus salários e conseguir apoio do Estado para seus planos de expansão. Nos países onde o capitalismo industrial ainda não estava muito desenvolvido (Portugal e Espanha, por exemplo) a possibilidade de conseguir apoio estatal para a industrialização funciona como elemento de atração da grande burguesia. (DOS SANTOS, 1969, pág. 157).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, de acordo Theotônio, o fascismo perde força e resiste de forma subterrânea na política mundial, mas envolto em contradições. O capitalismo no pós-guerra passa a ser articulado a partir da hegemonia dos Estados Unidos, o que entra em choque com o nacionalismo. Dessa forma, a integração imperialista das economias se processa de forma contraditória e em meio a choques entre os diferentes interesses nacionais. Essa contradição entre integração imperialista e luta pelos interesses nacionais faz com que o autor afirme a possibilidade de impulsionar a luta pelo socialismo em meio a regimes reacionários. Citando o autor:

Es la posibilidad de estos choques lo que abre el camino para el socialismo en los países atrasados. Si la integración fuese un proceso no dialéctico y unívoco, sin contradicciones, las posibilidades del socialismo se alienarían a la simple expansión cuantitativa (militar, conquistas, dominio económico) del campo socialista internacional, o a una revolución mundial concomitante en varios países, después de haber madurado las contradicciones de clase existentes dentro de este mundo imperialista integrado; pero esto no ocurre porque hay un desnivel entre los distintos estados de integración y porque la realización de ésta acarrea contradicciones internas (DOS SANTOS, 1969, pág. 159).

Tecidos seus comentários gerais sobre o fascismo, o autor segue para as possibilidades do fascismo no Brasil. Para Theotônio o golpe de março de 1964 não havia sido simplesmente uma golpe de Estado a mais ou somente mais uma movimentação das forças armadas para “salvar a nação”, como em outros supostamente ocorrera em outros momentos², mas uma “contrarrevolução preventiva”. As diferentes frações da burguesia se uniram em torno ao golpe para impor sua solução aos problemas econômicos (inflação, queda no crescimento, pressão no balanço de pagamentos) e à “anarquia social” (crescente organização da classe trabalhadora e movimentos populares) (DOS SANTOS, 1969, pág. 136).

O resultado disso fora o governo de Castello Branco que seria um governo de transição. Uma vez findo esse governo, Theotônio aponta que haveria, teoricamente, três alternativas para o Brasil: uma nova composição de classes que garantisse à burguesia nacional a hegemonia da sociedade; uma vitória econômica e política das forças alinhadas ao imperialismo ou uma vitória das forças da classe trabalhadora. A primeira opção era pouco provável, pois a burguesia brasileira não possuía uma vocação democrática ou formas de impulsionar um desenvolvimento capitalista autônomo, pois possuía forte aliança com a burguesia internacional. A segunda opção abriria a possibilidade do surgimento do fascismo no Brasil. E a terceira opção abriria a possibilidade da construção do socialismo. Ou seja, a cabo, restavam duas grandes possibilidades para o Brasil: socialismo ou fascismo (DOS SANTOS, 1969, pág. 136).

O fascismo brasileiro teria como principal característica o apoio da classe dominante ao movimento pequeno burguês, anti-operário que garantisse a repressão do movimento popular no país. Contudo, o fascismo brasileiro, ao contrário do que se desenvolvera na Europa, não desenvolveria uma política expansionista, pois isso implicaria um choque direto com o imperialismo norte-americano. Sua base viria principalmente da pequena burguesia e às classes médias em proletarização e o lumpemproletariado. Os latifundiários também apoiariam a ascensão fascista, pois eram uma classe em crise, já que perderam a hegemonia da sociedade com o aprofundamento do capitalismo industrial. A grande burguesia também impulsionaria o movimento fascista quando este começasse a se massificar. (DOS SANTOS, 1969, pág. 158-161).

No entanto, o movimento fascista não seria livre de contradições internas. A adesão dos latifundiários abria uma contradição com a pequena burguesia urbana, bem como a adesão da

² “De la abolición de la esclavitud a la instalación de la República, y desde ésta a 1930, las fuerzas armadas tuvieron un papel preponderante en la solución de las crisis políticas del país. Posteriormente, desde la caída de Vargas en 1945, pasando por el gobierno de Dutra (1946-1950), el ejército nacional ha sido llamado para ‘salvar’ la nación y traerle la tan amenazada ‘tranquilidad’” (DOS SANTOS, 1969, pág. 136).

grande burguesia que possui interesses em comum com o imperialismo. Envolto em tantas contradições de classe, o fascismo brasileiro seria um regime fraco e submetido a crises frequentes.

Em linhas gerais esse foi a formulação inicial de Theotônio dos Santos, que reafirmara em pelo menos duas outras oportunidades: no debate *Las fuentes externas del fascismo: el fascismo latinoamericano y los intereses del imperialismo*, junto com Augustín Cueva e Ruy Mauro Marini em 1978, cujas transcrições foram publicadas no periódico mexicano Cuadernos Políticos; e, mais recentemente, no seu livro *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Neste livro, o autor reafirma sua tese anterior e as atualiza a partir do contexto da abertura política que se inicia na região a partir da década de 1980. Nesse momento, Theotônio chama atenção para o apoio à redemocratização vindo de setores liberais e aponta que se tratava de uma forma de difundir o neoliberalismo como programa econômico da abertura política. Dado que o liberalismo latino-americano é historicamente marcado pela reação e pelo autoritarismo, o autor aponta que o dilema latino-americano do socialismo ou fascismo se mantém presente (DOS SANTOS, 1991).

Analisada retrospectivamente, a teoria de Theotônio dos Santos oferece uma importante contribuição à análise do impasse pelo qual a América Latina passou com a crise do desenvolvimentismo. Ao contrário de boa parte das interpretações da época, que afirmavam que ocorreria uma pastorização da economia brasileira, Theotônio, junto com Ruy Mauro Marini (MARINI, 2012), afirmava que o desenvolvimento econômico numa situação de capitalismo dependente produziria mais contradições e que a política econômica da ditadura impulsionaria aprofundaria o desenvolvimento e, com ele, suas contradições. Do ponto de vista político isso implicava que a luta pela revolução democrático-burguesa, defendida pelo PCB, estava equivocada: a burguesia brasileira não possuía um caráter democrático e nacionalista.

No entanto, mesmo que relevante para o contexto latino-americano, ela mostrou-se falha. Para além do erro de que a crise do período conduziria “*en Latinoamérica y particularmente en Brasil a una alternativa insoslayable entre socialismo y fascismo*” (DOS SANTOS, 1969, pág. 11), sua análise revela-se traços de economicismo. Àquela altura, não entrou em sua formulação a possibilidade de que a repressão, a força política do regime, o desenvolvimento da economia durante o “milagre” e elementos ideológicos pudessem sustentar a ditadura por vários anos.

Ainda levando em consideração o debate acerca do capitalismo dependente na América Latina, outra importante contribuição foi feita pelo sociólogo Florestan Fernandes. Em seguida analisaremos alguns pontos de uma conferência proferida por Florestan em Harvard em 1971, intitulada *Notas sobre o fascismo na América Latina*.

3. A “fascistização sem fascismo” de Florestan Fernandes

Florestan abre sua exposição afirmando categoricamente que “*o fascismo não perdeu, como realidade histórica, nem seu significado político nem sua influência ativa*” (FERNANDES, 2015, pág. 33). Com isso, Florestan aponta que elementos próprios do fascismo foram assumidos pelo capitalismo, principalmente o capitalismo dependente.

Em seguida, o autor caracteriza que as ditaduras latino-americanas são uma versão complexa do fascismo. Para Florestan, esse fascismo não é uma forma política “arcaica”, que remontaria à traços coloniais: o fascismo latino-americano seria uma forma moderna cujo objetivo principal seria garantir “o desenvolvimento com segurança”, ou seja, uma rápido desenvolvimento econômico com “estabilidade política”.

No entanto, ao contrário de Theotônio dos Santos, que levanta a possibilidade de um tipo de fascismo débil para o Brasil e América Latina, Florestan Fernandes aponta que o fascismo subsiste como tendência política em potencial latino-americana há muito tempo. Para Florestan, a fascitização da política na América Latina está diretamente ligada à constituição do capitalismo dependente e de sua classe dominante.

O fascismo como realidade histórica já possuía um caminho pavimentado por uma longa tradição de um quase-fascismo operando como força social e, portanto, como força política indireta. O próprio presidencialismo latino-americano, que centraliza no presidente diversos processos de tomada de decisão já abriria a possibilidade de que as instituições da democracia burguesa fossem monopolizadas pelas classes dominantes e usadas sob o formato de um Estado de exceção. A possibilidade da fascitização permanecia em suspenso enquanto os conflitos sociais pudessem ser mediados por cima, ou seja, sem provocar um questionamento organizado ao capitalismo dependente. Isso fez com que as classes dominantes fossem avessas até mesmo a formas mais abertas de democracia burguesa. Dessa forma, a longa tendência do pré-fascismo garantia que classes dominantes

...sabiam *como* e *onde* preparar e reforçar a fascitização das estruturas e funções do Estado, utilizando a “revolução institucional” como expediente para montar o *máximo de fascismo* que é compatível com as circunstâncias (FERNANDES, 2015, pág. 50).

Um aspecto apresentado nessa conferência e que será desenvolvido posteriormente em *A revolução burguesa no Brasil* é a tendência das classes dominantes a assimilarem “revoluções dentro da ordem”, ou seja, que tenham por objetivo impulsionar a democracia burguesa e o desenvolvimento autônomo do capitalismo, como “revoluções contra a ordem”. Dessa forma,

afirma Florestan: “qualquer crise parece o ‘fim do mundo’ para quem usa uma ótica autocrática e obscurantista” (FERNANDES, 2015, pág. 48). Isso faz com que a ordem política juridicamente estabelecida desses países (“democrática”, “republicana”, “constitucional”) seja permanentemente distorcida de forma a garantir os objetivos do totalitarismo de classe da burguesia (FERNANDES, 2015, pág. 39). O resultado político desse totalitarismo de classe é que ele engendra seu próprio tipo de fascismo

...que é difuso (e não sistemático), que é fluido (e não concentrado), em suma, um fascismo que tem seu nexo especificamente político *dentro do Estado e do governo*, mas que impregna socialmente todas as estruturas de poder *no seio da sociedade* (FERNANDES, 2015, pág. 40).

Tendo em mente essa “fascitização” e a autocracia próprios da burguesia “compósita”³ latino-americana, compreendemos a importância que assumiu para ela o controle dos efeitos políticos do desenvolvimento econômico. Até mesmo a estrutura política vigente durante o “populismo”, várias vezes assimilada à “demagogia”, mostrou-se imprópria para a burguesia, pois buscou canalizar a mobilização social dos “*pobres, das massas destituídas de garantias civis e políticas, dos setores rebeldes das classes baixas, médias e altas*” em torno de “uma revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 2015, pág. 51). A consequência disso foi que:

A revolução democrática *difícil* acabou despontando e assumindo os contornos de uma ameaça real. Nos seus zigue-zagues, a revolução burguesa em atraso bateu em várias portas, algumas certas, outras erradas. Até que a burguesia nacional, o Estado e as multinacionais formassem um tripé, esses zigue-zagues abriram caminhos confusos. O certo é que o novo patamar procurar eliminar *toda* a demagogia, *todo* o populismo e *todo* o compromisso do sistema de partido único (ou de partido oficial) com a *revolução nacional*. Esta precisa ser abafada no altar da “aceleração do desenvolvimento” e da “estabilidade política”. Tudo isso sublinha que algumas manifestações populares, radicais e de integração nacional são incômodas em si mesmas (FERNANDES, 2015, pág. 52).

A análise de Florestan, ao levar em consideração um longo movimento de “fascitização” impregnado na política do capitalismo dependente lança luz no elemento de continuidade política que marca a evolução do capitalismo brasileiro, a saber, o totalitarismo de classe, ou, como o autor colocaria em *A revolução burguesa no Brasil*, a autocracia burguesa (FERNANDES, 2008). A persistência dessa autocracia burguesa em meio a transformações econômicas tão significantes quanto as ocorridas na economia brasileira ao longo do século XX leva o autor a afirmar que “*essa facistização sem fascismo é muito perigosa*” (FERNANDES, 2015, pág. 52). Com isso o autor parece antever a possibilidade de que mesmo os governos que se seguissem à “redemocratização” trariam inscritos em sua estrutura a facistização e autocracia.

³ Florestan define essa “burguesia compósita” como uma burguesia que possui uma costela no capitalismo nacional e outra costela atrelada ao imperialismo (FERNANDES, 1985).

Quanto ao caso do Brasil, Florestan mostra-se descrente na possibilidade de que a burguesia brasileira possa aceitar uma transição para a democracia que represente uma ruptura com essa longa tradição de autocracia. Ainda que aspectos jurídicos pudessem ser modificados, a democracia que surgiria da transição seria uma democracia restrita. Com isso, o autor formula a hipótese de que a democracia brasileira seria uma *democracia de cooptação*. Com isso, a “abertura” política seria um processo metamorfose da ditadura na democracia de cooptação em que parte da dissidência é incorporada ao regime e, com isso, esterilizada e quanto do arcabouço institucional da ditadura será mantido na nova fase da autocracia. De acordo com Florestan: “*Não se trata e um ‘retorno à democracia’, que nunca existiu, nem de uma tentativa de abrir o caminho para um ‘experiência democrática’ autêntica. O que as classes burguesas procuram é algo muito diverso*” (FERNANDES, 2008, pág. 421).

As posições de Theotônio e Florestan apresentam convergências quanto à caracterização das ditaduras como variantes do fascismo e quanto aos limites da burguesia dependente promover uma revolução democrática. Alguns anos depois, essa visão seria criticada por Carlos Nelson Coutinho, para quem Floresta Fernandes teria subestimado o processo de abertura e principalmente a atuação da sociedade civil, que conseguiu abrir importantes espaços no projeto original de abertura “geiseliano-golberiano” (COUTINHO, 2011, pág. 234). Na próxima seção analisaremos pontos de que marcaram essa divergência.

4. “A democracia como valor universal” de Coutinho

Quando escreveu seu ensaio, *A democracia como valor universal*, Carlos Nelson Coutinho (CNC) ainda era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e integrava um setor dentro do partido que possuía afinidades com o chamado “eurocomunismo” formulado por alguns militantes do Partido Comunista Italiano.

O objetivo de CNC era formular uma crítica a interpretações do chamado “marxismo-leninismo” sobre a democracia, vista como “*uma etapa preliminar no caminho para o socialismo, algo a ser descartado no momento em que se desse a implantação de uma ‘ditadura do proletariado’*” (COUTINHO, 2012, pág. 19). Para o autor, tratava-se, na realidade, de afirmar que “*sem democracia não há socialismo, tampouco há democracia plena e consolidada sem socialismo*” (COUTINHO, 2012, pág. 17).

Em sua análise, CNC traça um paralelo entre a socialização da economia inerente ao desenvolvimento do capitalismo e a socialização da política que ocorre com o processo de democratização do Estado. De acordo com o autor:

Assim como as forças produtivas necessárias à criação de uma nova ordem econômico-social já começam a se desenvolver no interior da sociedade capitalista, também esses elementos de uma nova democracia – de uma democracia de massas – já se esboçam e tomam corpo, em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico, no seio dos regimes políticos democráticos ainda sob hegemonia burguesa (COUTINHO, 2012, pág. 25).

CNC identificava esse “gérmen” da democracia de massas socialistas na paulatina abertura do Estado burguês às classes dominadas que ocorrera com o fortalecimento das organizações da classe trabalhadora. Frente à possibilidade de conseguir concessões por parte do Estado burguês, a estratégia do movimento socialista também se alterava. Valendo-se de categorias gramscianas, CNC aponta que a estratégia de tomada de poder por meio de um “assalto revolucionário”, que ele denominara de “guerra de movimento”, seria adequada àquelas sociedades em que não houvesse abertura política que permitisse o desenvolvimento de uma sociedade civil. Esse não era o caso do Brasil, de acordo com CNC.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de 1920 formaria os primeiros elementos de uma sociedade civil. Ela aparece ainda como uma sociedade civil frágil, mas que faz-se notar, por exemplo, no campo cultural, na literatura de Lima Barreto – particularmente no seu *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de 1911, tido por CNC como “*uma das maiores realizações estéticas da literatura brasileira*” (COUTINHO, 2011, pág. 108) – e na constituição do PCB em 1922. Ao analisar a Revolução de 1930 e seus desdobramentos, o autor que aponta que ela quebrou em grande parte as tendências que se vinham esboçando quanto ao desenvolvimento da sociedade civil, pois, a partir daí, o Estado buscou controlar os sindicatos e, no período do Estado Novo, instituiu uma ditadura que fechou os partidos o Congresso.

Com a volta da democracia em 1945, o PCB volta a legalidade e consegue expressiva votação nas eleições presidenciais e parlamentares elegendo uma bancada de 14 deputados e 1 senador. A sociedade civil volta a se desenvolver, o que permite CNC concluir que: “*...uma tendência no sentido de uma democratização geral da vida brasileira continua a se impor, ampliando-se bastante no final do período pré-1964, sobretudo a partir do governo Kubitschek*” (COUTINHO, 2011, pág. 28).

Com o golpe de 1964, novamente o Estado tentaria desmobilizar a sociedade civil, pela violência política, censura e outros expedientes. No entanto, CNC aponta que o programa

econômico da ditadura (“desenvolvimento com segurança”) “*criou condições políticas necessárias à passagem do capitalismo brasileiro para uma nova etapa: a etapa da dominação dos monopólios, a etapa do capitalismo monopolista de Estado*” (COUTINHO, 2011, pág. 29). Isso fez com que se ampliasse a diferenciação social e, assim, se consolidasse a sociedade civil no Brasil⁴.

Dessa forma, para o autor, a estratégia do movimento socialista no Brasil deveria ser a da “guerra de posições”, ou seja, a da conquista paulatina de espaços dentro da sociedade civil. Com isso, o Estado poderia atender a reivindicações da classe trabalhadora o que faz com que CNC conclua que a democratização política “*é, ao mesmo tempo, condição e resultado de um processo de transformações nas esferas econômica e social*” (COUTINHO, 2012, pág. 40).

A formulação de CNC sobre a evolução política do Brasil capta especificidades da superestrutura política do capitalismo no Brasil. Um conceito recorrente nas formulações do autor e que lhe permite formular essa passagem dialética do modo de produção capitalista para a situação particular do Brasil é o de “via prussiana”. Esse conceito fora desenvolvido inicialmente por Lênin em seu artigo *O programa agrário da socialdemocracia russa na primeira revolução russa* escrito originalmente em 1907. Nesse artigo define duas “vias” de desenvolvimento capitalista: a “americana”, em que não havia uma economia feudal, o que faz com que a terra fosse distribuída entre os camponeses e permitisse que se desenvolvesse uma agricultura de modelos capitalistas; e a “prussiana”, em que a antiga agricultura feudal evolui lentamente até se tornar uma economia capitalista e os *Junker*, senhores feudais alemães, se tornam burgueses. Ou seja, na “via prussiana” não há uma ruptura radical das estruturas capitalistas frente as estruturas feudais, prevalecendo a adaptação dessas àquelas. Posteriormente, György Lukács em seu livro *A destruição da razão* retoma essa análise das “vias de desenvolvimento”, de onde CNC parte para desenvolver sua interpretação do caso brasileiro⁵.

No entanto, o conceito de “via prussiana” não permite compreender de onde surge essa superestrutura política, ou seja, quais especificidades econômicas engendram tais estruturas políticas. Essa formulação seria feita pela teoria marxista da dependência que afirmaria a existência de um capitalismo *sui generis* na América Latina que não se reproduz da mesma forma que o dos países centrais: o capitalismo dependente (MARINI, 2008, pág. 108). O aspecto que definiria seu

⁴ A posição de Coutinho parece ir no mesmo sentido daquela exposta por Roberto Schwarz em seu ensaio *Cultura e Política, 1964-1969*. Nesse ensaio, Schwarz aponta que: “*Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia da esquerda no país*” (SCHWARZ, 2008, pág. 71).

⁵ “*Articulando as formulações caiopradeanas com as categorias analíticas de Lukács, Coutinho aplica criativamente a teoria da via prussiana à realidade brasileira, ressaltando justamente o aspecto da conciliação entre o velho e o novo no itinerário do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, onde se destaca um reformismo ‘pelo alto’ que exclui inteiramente a participação popular* (MAZZEO, 2003, pág. 166)”.

caráter dependente seria a superexploração da força de trabalho, ou seja, a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor (MARINI, 2008, pág. 132).

Assim, a afirmação de que a democracia seria um valor universal envolveria a reversão da “via prussiana”, o que conteria um grande potencial de radicalização, pois *“qualquer democratização política – por limitada que seja – aumenta as possibilidades da pressão das massas, aumenta os riscos de uma mudança significativa no sistema que ela está empenhada em preservar”* (KONDER, 1980, pág. 143). O socialismo seguia como horizonte estratégico, mas ele só consolidar-se-ia *“ao longo de um processo tortuoso e complicado, marcado por momentos de conflitos agudos, mas também por períodos de progressão lenta e de consolidação de posições”* (KONDER, 1980, pág. 143). Assumir uma estratégia baseada na “guerra de movimento” representaria uma incompreensão do desenvolvimento econômico e social ocorrido no Brasil, mesmo que numa “via prussiana”, e o isolamento das forças de esquerda.

A “democratização da democracia” assumia um elemento estratégico na formulação de CNC, a que ele tomava como a alternativa à “via prussiana” que havia predominado no Brasil. Assim, o dilema político do “socialismo ou fascismo” que predominara nas formulações de Theotônio dos Santos e, de alguma forma, de Florestan Fernandes, não ocorre para CNC e isso se deve a dois aspectos.

Primeiramente, as ditaduras latino-americanas não teriam sido regimes fascistas. Ao contrário do que predominara no fascismo clássico, as ditaduras latino-americanas não buscaram mobilizar as massas em sua defesa. No caso brasileiro, a ditadura teria buscado *desmobilizá-las*, o que ficaria explícito no seu discurso tecnocrático de buscar o “desenvolvimento com segurança”, isto é, esvaziando a política, que só seria vista como uma fonte de polarização inútil para o desenvolvimento da “nação”.

Num artigo intitulado *O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas*, Coutinho comenta detidamente essa hipótese do fascismo (COUTINHO, 1984). Nesse artigo, o autor aponta que o golpe de 1964 representaria a passagem para uma nova etapa do capitalismo no Brasil, a saber, o Capitalismo Monopolista de Estado (CME). A questão central do artigo é que essa passagem não envolve estruturalmente a montagem de um regime fascista. De acordo com Coutinho:

o CME comporta a possibilidade de uma ampla variação de políticas econômicas... Isso significa que, numa sociedade democrática, onde a pressão das várias classes possa se exercer abertamente sobre os aparelhos de hegemonia e de dominação, o Estado do CME – sem deixar de tentar

assegurar, em última instância, os interesses do capital monopolista em seu conjunto – pode ser obrigado a tomar medidas ou mesmo a formular políticas que atenuem a dominação despótica dos monopólios sobre o conjunto da sociedade, o que é impensável quando o poder dos monopólios se expressa por meio de um regime fascista ou abertamente autoritário (COUTINHO, 1984, pág. 175).

A organização das classes é que seria o aspecto central na definição do regime político sob o qual ocorreria a passagem para o Capitalismo Monopolista de Estado. Do ponto de vista econômico as formulações de CNC são apresentadas em torno de divergências com a teoria marxista da dependência.

O debate de CNC se dá diretamente com os “dependentistas” particularmente Ruy Mauro Marini, cujas teorias CNC caracteriza como “ultra-esquerdistas”. Para CNC, o capitalismo dependente não reproduzia estruturalmente a superexploração da força de trabalho, sendo apenas uma situação conjuntural. O próprio desenvolvimento do capitalismo trataria de superar essa conjuntura, fazendo com que o aumento de produtividade aumentasse a taxa de mais-valia e não mais a superexploração (COUTINHO, 1984, pág. 189).

Subjacente à sua análise, pode-se notar uma visão que vincula o desenvolvimento das forças produtivas como um aspecto “progressista” do capitalismo: o desenvolvimento do capitalismo dependente seria criticável não tanto devido às particularidades de sua reprodução, mas por engendrar estruturas políticas autoritárias. A passagem para a “fase” de Capitalismo Monopolista de Estado seria uma transformação inerente ao modo de produção capitalista ampliando a socialização da produção, lançando as bases para o socialismo. Em consequência o problema não estava no desenvolvimento do capitalismo *em si*, mas nas formas políticas que se desenvolveram. De acordo com o autor:

... temos de admitir que também o capitalismo dependente-associado promove um aumento das forças produtivas do trabalho social e, como tal, a partir de certo ponto, *pode* satisfazer as demandas de aumento salarial e de melhor distribuição de renda entre setores monopolistas e não-monopolistas (COUTINHO, 1984, pág. 190).

O segundo aspecto diz respeito à própria forma como Coutinho interpreta o socialismo: como vimos, para ele não se tratava de um processo revolucionário que derrubaria o capitalismo, mas de conquistar posições dentro da sociedade civil a partir das estruturas democráticas. Assim, para CNC, em vez de “socialismo ou fascismo” o dilema no Brasil seria “democratização ou exclusão política”.

5. Conclusão

O debate sobre o caráter das ditaduras latino-americanas seguiu sendo um tema de acalorados debates nas ciências sociais por toda a década de 1970 e começo da década de 1980. Imbricadas nesse debate estavam posições políticas que divergiam não somente quanto ao passado, mas também quanto ao futuro da região, isto é, divergiam sobre os rumos que América Latina tomaria naquele momento em que a “transição” para a democracia começava a ser vislumbrada.

Escapa ao escopo do nosso trabalho apontar qual das formulações mostrou-se mais adequada à situação política da América Latina da década de 1970. Todavia parece-nos importante apontar elementos de como a conjuntura política avançou na região após esse período.

Visto pelo “retrovisor da história” parte do debate perdeu força já no início da década de 1980 quando a crise da dívida latino-americana, a disparada da inflação e o surgimento de novas forças políticas minam a continuidade das ditaduras da região. Nesse contexto as ditaduras, já combatidas, não possuem mais condições políticas de fechar-se, o que eliminava os temores quanto ao fascismo.

Essa conjuntura fortaleceu as forças que se opunham às ditaduras. No entanto, como Theotônio dos Santos apontara, essa oposição agora consistia não somente de organizações de esquerda, mas também setores da burguesia insatisfeitos com a crise econômica. Com isso, o resultado da transição seria muito próximo daquele que previsto por Florestan em 1975 e sua categoria da “*democracia de cooptação*”.

Àquela altura um elemento que ainda não se mostrava claro aos autores aqui analisados foi o avanço do neoliberalismo no fim da década de 1980 e toda a década de 1990. A reestruturação produtiva que se seguiu nesse período atingiu diretamente a classe trabalhadora, promovendo contrarreformas e o desemprego. Além disso, no campo ideológico, o automatismo dos ajustes de mercado ganharia força frente à articulação política.

A democracia possível seria a democracia liberal, que garantiria direitos individuais básicos como igualdade jurídica, propriedade privada e estabilidade de concretos. Além disso, é sabida a histórica desconfiança que os teóricos do neoliberalismo nutriam em relação à democracia (AUGUSTO, 2015). Nesse contexto de despolitização a categoria de “*democracia de cooptação*” de Florestan Fernandes ganha nova relevância, particularmente frente aos governos do Partido dos Trabalhadores. Curiosamente o próprio Carlos Nelson Coutinho, que criticara essa categoria de Florestan a partir das experiências políticas do surgimento do PT nos anos 1980, em 2010 afirma

que: “*Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de ‘transformismo’, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição*” (COUTINHO, 2010, pág. 42).

Por fim, frente à conturbada conjuntura política e econômica pela qual passa o Brasil, parece-nos que o debate sobre as alternativas estratégicas ganha nova importância. Dessa forma, o debate que expusemos nos permite compreender como condicionantes econômicos e políticos daquela época evoluíram, quais alternativas mostraram-se inviáveis e quais possibilidades seguem abertas às forças progressistas.

6. Referências

AUGUSTO, André Guimarães. *O que está em jogo no "Mais Mises, Menos Marx"*. In: *Marx e o Marxismo*, Niterói, v.2, n.3, 418-425.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. *Contra a corrente*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *A hegemonia da pequena política*. In: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele. *A hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

DOS SANTOS, Theotônio. *Socialismo o fascismo*. Santiago: ELA, 1969.

_____. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *Nova República?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *A democracia e os comunistas*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. *Dialéctica de la dependencia*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

OSORIO, Jaime. *Padrão de reprodução do capital uma proposta teórica*. In: *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012.